


Orientador Social: Serviço Social **LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

- É responsabilidade exclusiva do candidato a conferência de seus dados pessoais, impressos no Cartão de Respostas e no caderno de provas, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo de sua opção, assim como, a marcação e assinatura do seu Cartão de Respostas.
- Verifique se este caderno de prova contém **70** questões. Com cinco alternativas identificadas pelas letras **A, B, C, D e E** das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha o Cartão de Respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, ocupando totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta. Conforme ilustração:

- **Atenção:** Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente. Tenha muito cuidado para não danificar o código de barras utilizado na leitura óptica do Cartão de Respostas, por isso não **DOBRE, AMASSE ou MANCHE** o mesmo. O Cartão de Respostas será o único documento válido para a correção das provas, salvo à disposição do IDCAP.
- Os fiscais **NÃO** são autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, **entregue ao fiscal de sala o Cartão de Respostas da Prova Objetiva e Discursiva**. A não devolução implicará à eliminação sumária do candidato.
- **Assine a Lista De Presença, Cartão Resposta e transcreva a frase de segurança presente no Cartão Resposta da prova objetiva, sob pena de eliminação.**

 **NÃO SERÁ PERMITIDO:**

- Folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal. Caso aconteça, implicará na eliminação do candidato.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- O uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive, fone de ouvido, relógio de qualquer espécie, recursos didáticos, aparelhos eletrônicos e bonés.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do Cartão de Respostas, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.

 **TEMPO DE PROVA:**

- A prova terá duração máxima de **4 (quatro) horas**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **após 1 (uma) hora de seu início**.
- O candidato poderá **levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término**. Antes desse horário, será permitido ao candidato levar apenas o **RECORTE DO RODAPÉ DA CAPA DA PROVA** (parte que contém espaço para preenchimento do gabarito).
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após a assinatura da ata de sala.

1	8	15	22	29	36	43	50	57	64
2	9	16	23	30	37	44	51	58	65
3	10	17	24	31	38	45	52	59	66
4	11	18	25	32	39	46	53	60	67
5	12	19	26	33	40	47	54	61	68
6	13	20	27	34	41	48	55	62	69
7	14	21	28	35	42	49	56	63	70

RASCUNHO

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

Itália, Reino Unido e Portugal restringem nacionalidade, cidadania e imigração

Nos últimos meses, Itália, Reino Unido e Portugal anunciaram mudanças em regras de procedimentos de obtenção de vistos de trabalho, de residência ou de cidadania.

No Reino Unido, o premiê Keir Starmer prometeu que fará cair significativamente o número de imigrantes que chegam ao país. Na Itália, um dos objetivos é estabelecer limites mais precisos e evitar abusos, como a comercialização de passaportes. E Portugal estuda diretrizes para análise e implementação destas medidas.

Ao anunciar as mudanças nas regras para se obter cidadania italiana, o vice-primeiro-ministro da Itália, Antonio Tajani, tinha em mãos folhas de papel com algumas propagandas de empresas do Brasil especializadas em obter cidadania italiana que ofereciam até mesmo desconto Black Friday.

Tanto no caso da Itália como do Reino Unido, o objetivo é diminuir a imigração legal ao país — aquela feita através da obtenção de vistos, residências e cidadanias.

A Itália anunciou novas regras para quem pede cidadania italiana. A maioria das medidas novas já está em vigor.

As mudanças serão adotadas em duas fases.

A primeira delas — que já entrou em vigor — prevê que os descendentes de italianos que nasceram no exterior serão considerados automaticamente cidadãos por apenas duas gerações.

Ou seja, a partir de agora, somente os indivíduos com pelo menos um dos pais ou um dos avós italianos terão direito à cidadania.

Na segunda fase do projeto, que já ganhou o sinal verde do governo italiano, serão implementadas medidas para que cidadãos nascidos e residentes no exterior mantenham vínculos reais com a Itália ao longo do tempo.

Essas pessoas precisarão exercer os direitos e os deveres de cidadão pelo menos uma vez a cada vinte e cinco anos.

Isso inclui votar, renovar o passaporte, atualizar a carteira de identidade italiana ou pagar impostos.

Para cidadãos italianos nascidos no exterior, é obrigatório registrar a certidão de nascimento antes de completar vinte e cinco anos. Caso contrário, não será mais possível solicitar a cidadania italiana.

O filho menor de pais cidadãos italianos, se não tiver nascido na Itália, só poderá adquirir a cidadania se residir na Itália por pelo menos dois anos, após declaração de intenção dos pais.

O critério adotado pelo governo é manter a imigração daqueles que mais contribuem para o crescimento econômico, especialmente trabalhadores com qualificações maiores.

O governo do Reino Unido apresentou ao parlamento um projeto de lei que modifica diversos critérios para a obtenção de vistos e residência no país.

Entre as mudanças propostas, está a introdução de novos requisitos de proficiência em inglês, válidos tanto para os requerentes principais quanto para seus dependentes.

O período mínimo de residência exigido para pedidos de cidadania britânica foi ampliado de cinco para dez anos.

Graduados poderão permanecer no país por até dezoito meses após a conclusão dos estudos.

Foi determinado o fim do recrutamento no exterior para concessão de vistos destinados a profissionais da assistência social. Os critérios para trabalhadores qualificados foram endurecidos, restringindo a imigração às ocupações com escassez de longo prazo, conforme declarou o governo.

Portugal realizará eleições legislativas no domingo, e o partido governista PSD avisou que, caso se mantenha no poder, enviará um projeto ao parlamento para ampliar o prazo para que imigrantes tenham direito a adquirir a nacionalidade portuguesa.

Não há maiores detalhes sobre o novo prazo ou como a medida seria aplicada, mas acredita-se que ela afetaria milhares de brasileiros que moram atualmente em Portugal.

Além disso, o governo de Portugal anunciou que notificará dezoito mil imigrantes em situação ilegal para que deixem o país.

O ministro da Presidência do governo português, António Leitão Amaro, afirmou que os imigrantes que deverão deixar o país tiveram os seus pedidos de residência negados pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Aima), depois de um período de análise, por não cumprirem as regras locais.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjdznn8l2rmo>. adaptado.

Questão 01

Para cidadãos italianos nascidos no exterior, é obrigatório registrar a certidão de nascimento antes de completar vinte e cinco anos. Caso contrário, não será mais possível solicitar a cidadania italiana.

Assinale a alternativa que apresenta a correta classificação da palavra destacada.

- (A) Em "obrigatório", temos um adjetivo que qualifica o sujeito oracional "registrar a certidão de nascimento".
- (B) A palavra "exterior" funciona como interjeição que reforça o afastamento geográfico da ação verbal.
- (C) A palavra "caso" é um pronome relativo que retoma a ideia anterior de registro obrigatório.

- (D) A palavra "para", no início do trecho, é uma conjunção que estabelece a finalidade da ação de registrar.
- (E) A palavra "cidadãos" é um advérbio de modo que indica como deve ocorrer o registro da certidão.

Questão 02

Nos últimos meses, Itália, Reino Unido e Portugal anunciaram mudanças em regras de procedimentos de obtenção de vistos de trabalho, de residência ou de cidadania.

De acordo com o texto base, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) A ampliação do tempo mínimo de residência no Reino Unido teve como motivação o estímulo à permanência dos estudantes internacionais graduados.
- (B) As recentes alterações promovidas por Itália e Reino Unido têm por finalidade reduzir a imigração legal, mesmo que por meio de regras mais técnicas.
- (C) As novas propostas em Portugal, apesar de já estarem em vigor, ainda aguardam definições sobre o modo como serão aplicadas aos residentes estrangeiros.
- (D) As medidas italianas buscam manter laços reais entre descendentes e o país, mas eliminam o direito à cidadania para filhos de cidadãos nascidos no exterior.
- (E) Entre as exigências previstas pelo novo projeto britânico está a renovação periódica dos documentos de imigrantes que desejem obter cidadania.

Questão 03

Na segunda fase do projeto, que já ganhou o sinal verde do governo italiano, serão implementadas medidas para que cidadãos nascidos e residentes no exterior mantenham vínculos reais com a Itália ao longo do tempo.

Assinale a alternativa correta quanto à nova pontuação sem alteração do sentido original da frase.

- (A) Serão implementadas, medidas para que cidadãos nascidos e residentes no exterior, mantenham vínculos reais com a Itália, na segunda fase do projeto que já ganhou o sinal verde do governo italiano, ao longo do tempo.
- (B) Serão implementadas medidas na segunda fase do projeto que já ganhou o sinal verde, do governo italiano, para que cidadãos nascidos e residentes no exterior mantenham vínculos reais com a Itália ao longo do tempo.
- (C) Vínculos reais com a Itália ao longo do tempo, deverão ser mantidos por cidadãos nascidos e residentes no exterior, na segunda fase do projeto, que já ganhou o sinal verde do governo italiano, mediante as medidas implementadas.

- (D) Para que cidadãos nascidos e residentes no exterior mantenham vínculos reais com a Itália ao longo do tempo serão implementadas medidas, na segunda fase do projeto que já ganhou o sinal verde do governo italiano.
- (E) Medidas serão implementadas, para que cidadãos nascidos e residentes no exterior mantenham, ao longo do tempo, vínculos reais com a Itália, na segunda fase do projeto que já ganhou o sinal verde do governo italiano.

Questão 04

O filho menor de pais cidadãos italianos, se não tiver nascido na Itália, só poderá adquirir a cidadania se residir na Itália por pelo menos dois anos, após declaração de intenção dos pais. O critério adotado pelo governo é manter a imigração daqueles que mais contribuem para o crescimento econômico, especialmente trabalhadores com qualificações maiores.

Com base no trecho, assinale a alternativa cuja análise da concordância nominal está plenamente correta.

- (A) As expressões "pais cidadãos italianos" e "qualificações maiores" seguem a norma-padrão, com os adjetivos flexionados de acordo com os substantivos a que se referem, mesmo em construções com núcleos múltiplos ou complementos postpostos.
- (B) Na oração "o filho menor de pais cidadãos italianos", o advérbio "menor" acompanha o plural "pais", pois há uma relação de posse entre eles, não variando em número por ser advérbio.
- (C) A expressão "pais cidadãos italianos" apresenta duplicidade de uso, podendo ser utilizada a expressão "pais cidadão italiano", ao se considerar "cidadão italiano" elemento restritivo.
- (D) O termo "declaração de intenção dos pais" apresenta construção nominal adequada, pois o adjetivo "intenção" mantém sua relação com o caráter coletivo da ação parental.
- (E) O adjetivo "maiores", ao final do período, pode causar ambiguidade por estar distante de seu núcleo, sendo preferível flexioná-lo em masculino plural para concordar com "trabalhadores", termo mais próximo.

Questão 05

Os critérios para trabalhadores qualificados "foram" endurecidos, "restringindo" a imigração às ocupações com escassez de longo prazo, conforme "declarou" o governo.

Os verbos destacados na frase encontram-se conjugados, respectivamente, no:

- (A) Pretérito imperfeito do subjuntivo – gerúndio – pretérito mais que perfeito do indicativo.
- (B) Pretérito imperfeito do indicativo – gerúndio – pretérito perfeito do indicativo.

- (C) Pretérito mais que perfeito do indicativo – gerúndio – pretérito imperfeito do indicativo.
- (D) Pretérito mais que perfeito do indicativo – gerúndio – pretérito imperfeito do subjuntivo.
- (E) Pretérito perfeito do indicativo – gerúndio – pretérito perfeito do indicativo.

Questão 06

A maioria das medidas novas já está em vigor.

Sintaticamente, é correto afirmar que, nesta frase, o:

- (A) Sujeito é simples, tendo como núcleo o substantivo "maioria", complementado pelo adjunto adnominal "das medidas novas"; o verbo "está" é verbo de ligação e o predicado é nominal, cujo predicativo do sujeito é a expressão "em vigor".
- (B) Verbo "está" é verbo auxiliar e a expressão "em vigor" constitui o núcleo do predicado verbal, funcionando como objeto direto do verbo principal.
- (C) Termo "em vigor" funciona como objeto indireto, pois complementa o verbo "está" que é transitivo indireto, e o adjunto adverbial "já" indica modo da ação.
- (D) Termo "das medidas novas" é predicativo do sujeito, qualificando diretamente o núcleo do sujeito "maioria", enquanto "em vigor" é complemento verbal.
- (E) Sujeito é composto, formado pelos núcleos "maioria" e "medidas novas", e o verbo "está" é verbo transitivo, exigindo objeto direto para completar seu sentido.

Questão 07

Portugal realizará eleições legislativas no domingo, e o partido governista PSD avisou que, caso se mantenha no poder, enviará um projeto ao parlamento para ampliar o prazo para que imigrantes tenham direito a adquirir a nacionalidade portuguesa.

Assinale a alternativa que apresenta análise correta das orações presentes no período.

- (A) O trecho apresenta duas orações principais coordenadas sindéticas aditivas, unidas pela conjunção "e".
- (B) A estrutura "caso se mantenha no poder" liga-se à anterior por coordenação alternativa, visto que apresenta uma hipótese frente à ação do partido.
- (C) A conjunção "e" no trecho liga termos de mesma função sintática, funcionando como coordenação entre objetos diretos do verbo "realizará".
- (D) O período contém apenas uma oração principal e várias orações subordinadas, sendo que nenhuma relação de coordenação ocorre.
- (E) O período é composto exclusivamente por orações subordinadas, conectadas entre si sem conjunção nem conectivo explícito.

Questão 08

"Tanto no caso da Itália como do Reino Unido", o objetivo é diminuir a imigração legal ao país — aquela feita através da obtenção de vistos, residências e cidadanias.

Assinale a alternativa que identifica corretamente a figura de linguagem presente na expressão destacada.

- (A) Trata-se de pleonasma, pois há repetição de sentido entre as expressões "imigração legal" e "obtenção de vistos, residências e cidadanias".
- (B) Trata-se de metáfora, pois os países são representados como entidades jurídicas, sugerindo um sentido figurado com base em semelhança.
- (C) Trata-se de silepse, pois a concordância entre os elementos leva em conta a ideia subentendida, e não a forma gramatical expressa.
- (D) Trata-se de anacoluto, pois o início da frase apresenta um termo desligado sintaticamente do restante da oração, criando uma pausa explicativa.
- (E) Trata-se de elipse, pois há omissão de um termo que já apareceu antes, mas que se subentende facilmente na segunda parte da construção.

Questão 09

Ou seja, a partir de agora, somente os indivíduos com pelo menos um dos pais ou um dos avós italianos terão direito à cidadania.

Com base na regência verbal da oração, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo "direito" funciona como sujeito da oração, sendo o verbo "terão" impessoal e intransitivo.
- (B) A expressão "à cidadania" é objeto direto do verbo "terão", pois completa o sentido do verbo.
- (C) O sujeito da oração é composto por dois núcleos coordenados: "pais" e "avós", e o verbo "terão" concorda com esse sujeito composto.
- (D) O verbo "terão" é transitivo direto, tendo como objeto direto o substantivo "direito", o qual exige complemento nominal preposicionado: "à cidadania".
- (E) O verbo "terão" é transitivo indireto, exigindo o uso da preposição "a" antes de seu complemento "direito à cidadania".

Questão 10

Isso inclui votar, renovar "o passaporte", atualizar "a carteira de identidade italiana" ou pagar "impostos".

De acordo com as regras de colocação pronominal, as formas corretas dos pronomes oblíquos para substituir os termos destacados são:

- (A) Isso inclui votar, renová-los, atualizá-los ou pagá-los.
- (B) Isso inclui votar, renová-lo, atualizá-la ou pagá-los.
- (C) Isso inclui votar, o renovar, a atualizar ou os pagar.

(D) Isso inclui votar, renovar-lhe, atualizar-lhe ou pagar-lhes.

(E) Isso inclui votar, renovar-se, atualizar-se ou pagar-se.

Noções de Informática

Questão 11

Os aplicativos voltados à segurança da informação têm como objetivo prevenir, detectar e eliminar ameaças que possam comprometer a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade de dados em sistemas computacionais. Entre esses aplicativos, destacam-se os antivírus, firewalls e programas anti-spyware, cada qual com funcionalidades específicas no ecossistema de proteção digital. Assim, analise as afirmativas a seguir:

I.O anti-spyware tem como principal função a prevenção contra ataques de negação de serviço (DDoS), operando como um monitor de tráfego em tempo real para filtrar pacotes suspeitos de origem massiva.

II.O firewall atua como uma barreira de controle de tráfego de rede, sendo capaz de bloquear conexões não autorizadas com base em regras previamente estabelecidas, protegendo o sistema contra acessos indevidos.

III.O antivírus realiza varreduras no sistema para identificar códigos maliciosos, podendo atuar em tempo real ou sob demanda, com atualizações constantes de assinaturas para detectar ameaças conhecidas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II apenas.
- (C) II apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) I e III apenas.

Questão 12

O recurso de bordas e sombreamento no Microsoft Word 2019 permite ao usuário destacar trechos do texto, estruturar visualmente documentos e organizar a apresentação gráfica de conteúdos. As funcionalidades podem ser aplicadas tanto a parágrafos quanto a elementos específicos, com diversas possibilidades de personalização. Acerca do assunto, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

()A aplicação de sombreamento em um parágrafo, mesmo que sem bordas visíveis, afeta diretamente a margem do documento, alterando o alinhamento de todo o texto subsequente.

()A guia "Design" é a única que permite inserir bordas e sombreamento em parágrafos, pois os demais menus estão restritos à formatação de estilos predefinidos.

()A utilização do botão "Bordas" no grupo "Parágrafo" permite adicionar bordas superiores, inferiores, laterais ou todas ao redor do parágrafo selecionado, inclusive

com personalização de espessura e cor.

()O sombreamento pode ser aplicado tanto a parágrafos quanto a trechos de texto selecionados, permitindo ao usuário destacar palavras específicas sem a necessidade de inserir bordas.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V – F – V – F.
- (B) V – F – F – F.
- (C) V – V – V – V.
- (D) F – F – V – V.
- (E) F – F – F – V.

Questão 13

Durante o uso de navegadores modernos para acessar conteúdos da internet, é comum que o usuário interaja com recursos como endereços de páginas, links, mecanismos de busca e funções de impressão. Esses elementos fazem parte do conjunto básico de funcionalidades voltadas à navegação e consulta de informações na web. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) Compreender que o URL é o endereço completo de um recurso na internet, sendo composto por protocolo, domínio, caminho e, opcionalmente, parâmetros de consulta.
- (B) Executar a impressão de páginas na internet depende do uso de arquivos temporários locais em formato PDF, gerados automaticamente por todos os navegadores atuais.
- (C) Entender que o link é uma forma de transferir arquivos entre servidores remotos, funcionando como um protocolo que substitui o HTTP nos ambientes de rede segura.
- (D) Utilizar um mecanismo de busca exige que o usuário insira o IP exato do site desejado, pois os buscadores não processam palavras-chave de forma automática.
- (E) Navegar por sites diferentes requer o uso de um navegador específico, pois os URLs são interpretados de forma exclusiva por cada programa de navegação.

Questão 14

As funções PROCV e PROCH são amplamente utilizadas no Excel para realizar pesquisas em listas e tabelas organizadas em colunas ou linhas. Seu uso adequado exige compreensão precisa da sintaxe, dos argumentos envolvidos e das limitações impostas pela estrutura da planilha. Considerando as regras de funcionamento dessas funções e os princípios gerais sobre o uso de funções no Excel, analise as afirmativas a seguir e registre V, para verdadeiro, e F, para falso:

()A função =PROCH("ProdutoX";A1:E2;2;0) realiza uma busca na linha A1:E1 por "ProdutoX" e retorna o

valor correspondente encontrado na segunda linha (A2:E2), exigindo que o valor procurado esteja obrigatoriamente na primeira linha do intervalo A1:E2.

(___)No Excel, o uso de ponto e vírgula para separar argumentos em uma função depende da configuração regional do sistema operacional; por padrão, em sistemas brasileiros, utiliza-se ponto e vírgula, mas em sistemas configurados em inglês, utiliza-se a vírgula.

(___)A função =PROCV("João";B2:F10;3;1) procurará por "João" na terceira coluna do intervalo B2:F10 e, caso o encontre, retornará o valor correspondente da mesma linha na primeira coluna, desde que o argumento procurar_intervalo esteja definido como 1 (aproximação).

(___)Caso o valor_procurado em uma função PROCH esteja localizado fora da primeira linha do intervalo definido como matriz_tabela, a função retornará erro, mesmo que o valor exista na matriz.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) F – V – F – V.
- (B) F – V – V – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) V – V – F – V.
- (E) V – V – F – F.

Noções de Direito Constitucional e de Direitos Humanos

Questão 15

Um grupo de moradores de uma comunidade periférica organizou um protesto pacífico em praça pública contra a demora na implementação de serviços básicos. Durante a manifestação, exibiram faixas, utilizaram carros de som e interromperam parcialmente o tráfego da via local por algumas horas. A polícia foi acionada e, ao chegar, dispersou o grupo com uso de gás lacrimogêneo, alegando perturbação da ordem pública e ausência de autorização prévia. Os líderes do movimento foram detidos por desobediência e dano ao patrimônio público, em razão de pichações feitas em muros da prefeitura local. Considerando os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta a análise correta da situação.

- (A) A utilização de faixas, pichações e carros de som em manifestações públicas é considerada abuso de direito pela Constituição, sendo passível de repressão imediata pelas forças de segurança.
- (B) A liberdade de manifestação está condicionada à inexistência de qualquer perturbação da ordem pública, mesmo que pacífica, e pode ser restringida sem prévia decisão judicial.
- (C) A prisão dos líderes do movimento é juridicamente legítima, visto que a manifestação extrapolou os limites legais do direito à liberdade de expressão ao implicar em críticas diretas ao poder público.

- (D) A Constituição garante o direito de reunião pacífica em locais abertos ao público, desde que sem armas e independentemente de autorização, devendo apenas haver prévia comunicação à autoridade competente.
- (E) A liberdade de reunião só é garantida se houver autorização prévia da autoridade competente, razão pela qual a ação policial foi juridicamente legítima diante da ausência de prévia comunicação.

Questão 16

A ordem constitucional inaugurada pela Constituição de 1988 consagra, logo em sua parte dogmática inicial, um conjunto de fundamentos essenciais que definem a identidade normativa e política da República Federativa do Brasil. Esses fundamentos, de natureza jurídico-política, irradiam efeitos sobre a interpretação constitucional, a atuação estatal e a construção da cidadania. À luz da doutrina e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a alternativa que apresenta, de forma precisa, um dos fundamentos constitucionais expressos do Estado brasileiro.

- (A) Estabelecer o combate à pobreza e a superação das desigualdades como fundamentos da República revela a função promocional do Estado Social, que deve subordinar todos os demais valores constitucionais à concretização desses objetivos materiais.
- (B) Interpretar o pluralismo político como um ideal programático decorrente do preâmbulo constitucional, e não como norma de eficácia plena, conduz à relativização da diversidade ideológica na esfera pública e à admissibilidade de restrições legislativas ao debate político.
- (C) Reconhecer a dignidade da pessoa humana como fundamento estruturante do Estado implica afirmar sua centralidade axiológica, não apenas como valor moral, mas como vetor normativo dos direitos fundamentais, com status de cláusula pétrea e aplicabilidade imediata.
- (D) Identificar a separação dos poderes como fundamento constitucional impõe reconhecer sua superioridade normativa sobre os objetivos fundamentais e sua prevalência na organização do Estado, inclusive sobre os direitos fundamentais, quando houver colisão entre valores constitucionais.
- (E) Incluir a prevalência dos direitos humanos e a autodeterminação dos povos como fundamentos constitucionais reflete a opção do constituinte originário por submeter o ordenamento interno às obrigações internacionais firmadas pelo Brasil no plano multilateral.

Questão 17

A classificação das normas constitucionais segundo sua eficácia jurídica é fundamental para a correta interpretação de seus efeitos no plano normativo e na

prática jurisdicional. Tal classificação considera não apenas a exigência de complementação legislativa, mas também a intensidade da vinculação jurídica que essas normas impõem desde sua promulgação. À luz da teoria da eficácia constitucional, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

()As normas constitucionais de eficácia limitada são formalmente completas, mas materialmente dependentes de regulamentação legislativa para adquirir eficácia plena, o que as torna inaptas a exercer controle de constitucionalidade até que estejam integralmente normatizadas.

()As normas constitucionais de eficácia plena não apenas possuem aplicabilidade direta e imediata, como também gozam de força impeditiva contra iniciativas legislativas que pretendam restringi-las ou esvaziá-las, em razão de sua completude normativa.

()As normas constitucionais de eficácia contida têm aplicabilidade direta, mas operam com um campo de incidência jurídico que pode ser validamente restringido por norma infraconstitucional ou por situações fáticas constitucionalmente previstas, desde que expressamente autorizadas pelo próprio texto constitucional.

()As normas constitucionais programáticas, embora dependentes de concretização legislativa, impõem obrigações de resultado aos órgãos estatais, de forma que sua inobservância pode ensejar responsabilização direta do administrador público sem necessidade de intermediação normativa.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F – V – V – F.
- (B) V – F – F – F.
- (C) V – V – V – V.
- (D) V – F – V – F.
- (E) F – F – V – V.

Questão 18

A estrutura constitucional das funções essenciais à justiça revela um sistema jurídico desenhado para garantir o acesso à ordem jurídica justa por diferentes meios institucionais, cuja autonomia, competências e natureza jurídica impõem uma interpretação técnica rigorosa. Apesar de muitas vezes tratadas conjuntamente, tais funções exercem papéis substancialmente distintos no equilíbrio dos poderes e na concretização dos direitos fundamentais, especialmente no que se refere à titularidade da ação, à representação institucional e à legitimidade democrática de suas atribuições. Considerando essas distinções e as disposições constitucionais pertinentes, analise as afirmativas a seguir:

I.O Ministério Público, ainda que não exerça jurisdição, é instituição permanente dotada de legitimidade ativa ampla e direta para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e de interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo-lhe assegurada autonomia

funcional, administrativa e orçamentária, inclusive com prerrogativa de iniciativa legislativa em matéria de sua organização.

II.A Defensoria Pública, por prestar atividade de representação judicial, integra a estrutura funcional do Poder Judiciário e, em razão da natureza de sua função institucional, está subordinada ao controle administrativo e correccional dos Tribunais nos quais atua, especialmente no que se refere à disciplina de seus membros.

III.A Advocacia Pública, enquanto função essencial à Justiça, representa os entes políticos em juízo e fora dele, cabendo-lhe também zelar pela legalidade e juridicidade dos atos administrativos, razão pela qual seus membros, embora exerçam função típica de Estado, estão submetidos à chefia do Poder Executivo quanto à definição de sua atuação institucional.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III apenas.
- (E) II apenas.

Administração Pública

O texto seguinte servirá de base para responder à questão 19.

A Administração Pública deve atuar segundo os princípios expressos no caput do artigo 37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esses princípios não apenas orientam a formulação e a execução de políticas públicas, mas também impõem limites e deveres à atuação dos agentes públicos, que não agem em nome próprio, mas como representantes do Estado. A legalidade exige que toda conduta administrativa esteja prevista ou autorizada em lei; a impessoalidade assegura a prevalência do interesse público sobre interesses particulares; a moralidade implica conformidade ética e honestidade na condução da coisa pública; a publicidade garante transparência e acesso às informações pelos cidadãos; e a eficiência exige que a atuação administrativa produza resultados com economicidade e presteza. Esses princípios formam o núcleo essencial do regime jurídico-administrativo, funcionando como diretrizes obrigatórias para o exercício da função pública em todas as esferas e poderes.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2020

Questão 19

A atuação de um servidor público que, mesmo sem má-fé, toma decisões com base em entendimentos pessoais e subjetivos, favorecendo determinadas situações sem respaldo legal, compromete o

atendimento a quais princípios constitucionais da Administração Pública?

- (A) Impessoalidade e legalidade, pois a conduta se distancia da norma jurídica e interfere na neutralidade da função administrativa.
- (B) Legalidade e eficiência, pois a ausência de má-fé anula qualquer desvio de conduta.
- (C) Moralidade e publicidade, pois o agente deveria zelar pela integridade ética e pela ampla divulgação de seus atos.
- (D) Impessoalidade e moralidade, pois são princípios aplicáveis apenas em casos de favorecimento intencional.
- (E) Publicidade e eficiência, pois os atos administrativos devem sempre ser divulgados com rapidez e transparência total.

O texto seguinte servirá de base para responder à questão 20.

A Lei nº 9.784/1999 estabelece as normas básicas do processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, garantindo aos administrados o pleno exercício de direitos fundamentais, como o contraditório, a ampla defesa e a participação no processo decisório. Esses direitos integram um conjunto de princípios que regem a atuação administrativa, entre eles a legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica e interesse público. Como afirma Celso Antônio Bandeira de Mello (2021, p. 459), o processo administrativo deve ser pautado por condutas éticas e racionais, assegurando não apenas o respeito formal às normas, mas a promoção de decisões justas e fundamentadas. A motivação é indispensável, especialmente quando os atos administrativos interferem nos direitos dos particulares, sendo vedadas decisões arbitrárias ou desprovidas de justificativa clara. Além disso, a atuação da Administração deve sempre garantir a transparência, a participação dos interessados e a possibilidade de revisão dos atos, assegurando um processo efetivamente democrático.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2021.

Questão 20

Sobre os direitos e garantias dos administrados no processo administrativo federal, assinale a afirmativa correta:

- (A) A autoridade competente pode delegar poderes decisórios a qualquer servidor público, independentemente da hierarquia funcional.
- (B) A motivação do ato administrativo é dispensável nos casos em que houver entendimento consolidado da Administração.

- (C) A comunicação prévia dos atos administrativos é recomendada, mas não obrigatória, mesmo em decisões que afetem diretamente o administrado.
- (D) A manifestação de terceiros interessados é facultativa e pode ser ignorada se a Administração assim entender.
- (E) O direito ao contraditório e à ampla defesa deve ser assegurado mesmo nos casos em que o ato administrativo tenha efeitos punitivos indiretos.

O texto seguinte servirá de base para responder à questão 21.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece diretrizes fundamentais para o tratamento de dados, baseando-se em princípios como a finalidade, a adequação, a necessidade, a segurança, a transparência e a qualidade dos dados (art. 6º). Conforme destaca Doneda (2019, p. 123), a LGPD visa não apenas regular o uso de informações pessoais, mas assegurar ao titular o poder de controle sobre seus próprios dados, promovendo um equilíbrio entre o interesse público, a função institucional do controlador e os direitos individuais. Dentre os direitos garantidos ao titular, encontra-se o direito à retificação de dados incompletos, inexatos ou desatualizados (art. 18, III), o que reforça a obrigação do controlador — seja ele público ou privado — de promover correções com base em critérios técnicos e éticos. A resposta ao titular deve ser clara e tempestiva, e eventuais negativas devem ser fundamentadas. Isso garante a efetividade do princípio da boa-fé e reforça a responsabilidade do controlador perante o titular e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

DONEDA, Danilo. Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Questão 21

Durante um procedimento de atualização cadastral, uma autarquia federal recebeu de um cidadão o pedido de correção de seus dados pessoais, alegando que a informação armazenada era incorreta. O órgão iniciou uma análise interna para confirmar a origem do erro. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados, é correto afirmar:

- (A) A LGPD não se aplica a órgãos públicos quando os dados tratam de processos administrativos internos.
- (B) A solicitação de correção é restrita ao setor privado, e os órgãos públicos só estão obrigados a atender mediante ordem judicial.
- (C) A correção deve ser feita de forma imediata ou justificada, cabendo ao controlador informar o titular sobre a decisão e seus fundamentos.
- (D) O órgão público poderá arquivar o pedido caso o dado incorreto tenha origem em outro sistema, eximindo-se de qualquer obrigação.

- (E) A verificação da origem dos dados autoriza o controlador a suspender o direito à correção sem necessidade de resposta ao titular.

O texto seguinte servirá de base para responder à questão 22.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) consolidou o direito fundamental de acesso a informações públicas, estabelecendo como regra geral a transparência ativa e passiva da Administração Pública, sendo o sigilo uma exceção, que deve ser devidamente fundamentada em norma legal específica (art. 3º e art. 7º, §1º). Segundo Aragão (2015, p. 35), a aplicação da LAI se orienta pelo princípio da máxima divulgação, que impõe à Administração o dever de fornecer o acesso à informação da forma mais ampla possível, vedando negativas genéricas ou infundadas. Além disso, toda negativa de acesso deve ser motivada expressamente, com a indicação clara da norma legal que fundamenta o sigilo (art. 11, §3º). O livro reforça que a publicidade é a regra e o sigilo, a exceção, sendo imprescindível a transparência sobre contratos administrativos, especialmente quando envolvem a gestão de recursos públicos, como determina o art. 8º da LAI. A omissão ou recusa infundada pode configurar infração funcional, sujeitando o responsável a sanções administrativas.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Lei de Acesso à Informação Pública Comentada. São Paulo: Método, 2015.

Questão 22

Uma associação de cidadãos solicitou a uma fundação pública os contratos firmados com uma empresa terceirizada para serviços de consultoria. O servidor responsável negou o pedido com base na alegação genérica de "informações sigilosas de interesse do Estado", sem apresentar fundamentos legais. Considerando os dispositivos da Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que:

- (A) A LAI não obriga fundações públicas a fornecer informações sobre contratos se estes forem considerados estratégicos pela diretoria.
- (B) A negativa é ilegal, pois toda recusa de acesso deve ser formalmente motivada, com indicação do dispositivo legal que justifica o sigilo.
- (C) A recusa ao fornecimento de informações contratuais é legítima sempre que envolver empresas privadas, independentemente da verba pública envolvida.
- (D) O pedido da associação deve ser indeferido automaticamente, já que não se trata de um cidadão diretamente afetado pelos contratos.
- (E) O servidor agiu corretamente, pois o simples uso do termo "sigilo de interesse público" é suficiente para negar pedidos de informação.

História e Geografia do Estado do Sergipe

Questão 23

Leia o excerto abaixo:

"Em Pacatuba, a peleja entre indígenas, autoridades e latifundiários durou quatro décadas. Desde os primeiros anos após a emancipação política de Sergipe, o governo voltou as suas atenções para a aldeia. Foram duas as questões: o uso militar dos índios por uma facção política contrária ao presidente nomeado e a recusa dos indígenas em aceitar a nomeação do novo diretor. Os debates foram iniciados em julho de 1824, quando o governo recebeu uma representação da Câmara de Vila Nova e de outras autoridades, denunciando e pedindo providências para 'remediar os absurdos, a que se tem habituado, e em que prosseguem os índios da aldeia, denominada Pacatuba, por alguns motivos.'" Fonte: SANTANA, Pedro Abelardo de. Os índios em Sergipe oitocentista: catequese, civilização e alienação de terras. Salvador: Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2015. Tese de doutorado, p. 83.

Sobre o contexto histórico apresentado acima, é correto afirmar que:

- (A) A resistência indígena em Pacatuba expressa um conflito de poder que envolvia não apenas disputas locais por autonomia, mas também a instrumentalização dos povos originários por elites políticas regionais, revelando as complexas articulações entre etnicidade e disputa institucional.
- (B) Os conflitos em Pacatuba foram resolvidos de forma pacífica e breve, sendo considerados um caso isolado no processo de incorporação das populações indígenas ao sistema político de Sergipe.
- (C) A referência à atuação militar dos indígenas indica sua plena integração ao exército imperial, como já ocorria em outras regiões do país desde o período pombalino.
- (D) A atuação dos indígenas em Pacatuba foi insignificante para o cenário político sergipano, restringindo-se a conflitos de cunho exclusivamente territorial.
- (E) A subordinação dos indígenas de Pacatuba ao novo diretor nomeado pelo governo foi imediata, revelando o sucesso das políticas indigenistas centralizadoras do Império.

Questão 24

Em seu livro *O povo e o poder: cultura política em Sergipe* (2003), o historiador Ibarê Dantas analisa como os festejos populares — especialmente os ligados ao ciclo junino — foram apropriados por grupos políticos locais desde o século XX para legitimar suas ações e mobilizar identidades coletivas. Considerando esse aspecto da cultura popular em Sergipe, assinale a alternativa correta.

- (A) O Forró Caju é um evento tradicional desde o século XIX e preserva as matrizes culturais indígenas do estado.
- (B) As manifestações populares como as quadrilhas, as comidas típicas e os trios de forró dialogam com disputas por pertencimento cultural e espaço simbólico nas cidades.
- (C) A política cultural do estado de Sergipe tem evitado associar os festejos juninos à identidade regional, para garantir maior neutralidade social.
- (D) As festas juninas em Sergipe são expressões espontâneas de religiosidade, mantidas principalmente pelo poder público.
- (E) O ciclo junino em Sergipe foi importado de Pernambuco e não possui raízes significativas na formação cultural sergipana.

Questão 25

Analise as afirmações a seguir, referentes à localização geográfica do estado de Sergipe e indique V, para VERDADEIRO, e F, para FALSO:

I.() Sergipe, apesar de ser parte integrante da Região Nordeste, destaca-se por sua dimensão territorial reduzida, ocupando a menor área entre todos os estados nordestinos, o que influencia diretamente na configuração de sua malha urbana e na distribuição populacional.

II.() O território sergipano é atravessado pelo Trópico de Capricórnio, o que implica sua inserção na zona temperada do hemisfério sul, com influência direta sobre o seu clima e regimes de insolação ao longo do ano.

III.() Situado entre os paralelos 10° e 11° de latitude sul, Sergipe encontra-se plenamente inserido na zona intertropical do planeta, o que justifica a predominância de climas quentes e úmidos e a ocorrência de biomas típicos dessa faixa, como a Caatinga e trechos de Mata Atlântica.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) I.F, II.V, III.V.
- (B) I.F, II.F, III.V.
- (C) I.V, II.F, III.V.
- (D) I.V, II.V, III.F.
- (E) I.V, II.F, III.F.

Questão 26

Analise as afirmações sobre os aspectos físicos de Sergipe indicando V, para VERDADEIRO, e F, para FALSO:

I.() O Rio São Francisco, um dos mais importantes cursos d'água do Brasil, forma parte da divisa natural entre os estados de Sergipe e Alagoas, sendo essencial para a economia e abastecimento da região.

II.() O Planalto da Borborema, localizado majoritariamente no estado de Pernambuco, se estende

até o centro-leste de Sergipe, ocupando grande parte do agreste nordestino.

III.() A Usina Hidrelétrica de Xingó está localizada no Rio São Francisco e situada na divisa entre os estados da Bahia e Sergipe.

Após análise, assinale a alternativa correta que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) I.V, II.F, III.F.
- (B) I.F, II.F, III.V.
- (C) I.F, II.V, III.V.
- (D) I.V, II.V, III.F.
- (E) I.V, II.F, III.V.

Questão 27

O agreste sergipano constitui uma faixa de transição ecológica entre os domínios úmidos litorâneos e o semiárido do sertão. Essa zona ecotonal é marcada por forte sazonalidade climática e por impactos históricos decorrentes da agropecuária extensiva e da expansão da malha urbana. Sobre a vegetação do agreste sergipano, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de uma formação florestal densa, perenifolia e úmida, com elevada biodiversidade arbórea, predominante em solos hidromórficos.
- (B) Caracteriza-se pela presença de cerrado típico, com fitofisionomia savânica e predominância de gramíneas adaptadas ao fogo e à acidez do solo.
- (C) É ocupada principalmente por campos naturais abertos, formados por pastagens nativas e vegetação rasteira de áreas alagáveis.
- (D) Corresponde ao domínio da Floresta Estacional Decidual Amazônica, adaptada a solos de terra firme com alta fertilidade e presença de latossolos.
- (E) Apresenta fitofisionomia mista com espécies da Mata Atlântica e elementos xerófitos da caatinga, configurando uma vegetação de transição com elevada vulnerabilidade ecológica.

Questão 28

Na década de 1960, Sergipe passou por uma transformação econômica significativa com a descoberta de petróleo em Carmópolis:



Perfuração em Carmópolis.

Fonte: <https://www.petroleoenergia.com.br/petrobras-60-anos-salto-2-700-2-milhoes-bpd/>

Com base nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) O campo de Carmópolis foi desativado ao final dos anos 1980 por inviabilidade econômica, o que levou à estagnação da indústria petrolífera no estado até os anos 2000.
- (B) A produção de petróleo em Carmópolis gerou, já nos primeiros anos, uma ampla redistribuição de renda no estado e acelerou a urbanização em todos os municípios sergipanos.
- (C) A descoberta de petróleo em Carmópolis representou uma inflexão no perfil econômico de Sergipe, ao articular a economia local com a lógica da industrialização nacional, mas sem romper com a estrutura agrária e desigual da sua base produtiva.
- (D) Apesar da intensa exploração de petróleo em Sergipe entre as décadas de 1960 e 1990, a atividade foi descontinuada no início dos anos 2000 em razão de dificuldades técnicas.
- (E) A descoberta de petróleo em Sergipe levou à completa substituição da agricultura como principal atividade econômica do estado já nos anos 1970.

Questão 29

Acerca da Revolução de 1930 em Sergipe, é correto afirmar que:

- (A) Ela teve impacto limitado em Sergipe, uma vez que o estado já havia aderido previamente ao projeto de centralização do governo federal.
- (B) Ela resultou na nomeação de interventores federais em Sergipe, alterando a estrutura política do estado.
- (C) A presença da Coluna de Juarez Távora em Sergipe simbolizou uma missão diplomática, com pouca interferência na estrutura governamental local.
- (D) Ela promoveu uma reforma agrária em Sergipe como parte do projeto de modernização política implementado pelos interventores.
- (E) Os interventores nomeados em Sergipe mantiveram a continuidade política das antigas oligarquias, sem rupturas administrativas relevantes.

Questão 30

Considere o excerto abaixo:

"Há 195 anos, o Rei do Brasil e Portugal Dom João VI assinava, do Rio de Janeiro, a Carta Régia elevando Sergipe à categoria de Capitania Independente. A independência do território de Sergipe da Bahia foi marcada por intensas lutas políticas. Em artigo publicado em julho de 2013 na Revista Cumbuca, a historiadora e professora da Universidade Federal de Sergipe, Terezinha Alves de Oliva, relata que o tema da Emancipação de Sergipe ainda é um desafio para os estudiosos."

Fonte: <https://www.se.gov.br/noticias/governo/emancipacao-politica-sergipe-completa-195-anos-de-independencia>

Com base nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) A separação foi motivada por interesses econômicos da Coroa portuguesa que buscava fazer da região um entreposto comercial da Inglaterra.
- (B) A independência administrativa de Sergipe foi resultado direto da Revolução Pernambucana de 1817.
- (C) A emancipação ocorreu com ajuda da capitania do Rio de Janeiro que forneceu canhões para auxiliar o governo português.
- (D) A autonomia de Sergipe foi uma resposta às demandas das elites locais por maior controle político.
- (E) A separação foi uma imposição do governo português, com pouca participação dos sergipanos.

Legislações Específicas

Questão 31

Conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever do poder público e dos responsáveis por atividades de entretenimento garantir a proteção do público infantojuvenil.

Nesse contexto, assinale V para verdadeiro e F para falso nas afirmativas a seguir:

(___) Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária.

(___) As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infanto juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

(___) Os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congênere ou por casas de jogos, assim entendidas as que realizem apostas, ainda que eventualmente, cuidarão para que não seja permitida a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no local, afixando aviso para orientação do público.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) V, F, F.
- (B) F, F, V.
- (C) V, V, V.
- (D) F, F, F.
- (E) F, V, F.

Questão 32

De acordo com a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Seguridade Social é um sistema integrado que abrange três grandes áreas de proteção social, destinadas a garantir direitos fundamentais aos cidadãos. Considerando o exposto, a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à:

- (A) Saúde, educação e previdência social.
- (B) Saúde, previdência e assistência social.
- (C) Saúde, assistência social e trabalho.
- (D) Saúde, previdência social e habitação.
- (E) Educação, assistência social e previdência social.

Questão 33

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é o órgão superior responsável por decisões colegiadas na Política Nacional de Assistência Social. É composto por membros do governo e da sociedade civil. Com base na Lei nº 8.742/1993 – LOAS, analise as afirmativas abaixo, no que se refere ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS):

I. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

II. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

III. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos

suplentes.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III apenas.
- (C) III apenas.
- (D) I e III apenas.
- (E) I e II apenas.

Questão 34

A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida popularmente como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), estabelece diretrizes fundamentais para a organização da assistência social no Brasil. De acordo com a LOAS, a organização da assistência social tem como base a(s) seguinte(s) diretriz(es):

I. Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.

II. Responsabilidade pela assistência social dividida igualmente entre Estado e setor privado, conforme os recursos disponíveis.

III. Participação das ações sociais exclusivamente na execução dos serviços, sem incluir a formulação de políticas.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) III apenas.
- (E) I e III apenas.

Questão 35

A Seguridade Social, conforme a Lei nº 8.212/1991, é um conjunto integrado de ações públicas e sociais que garantem direitos relativos à saúde, previdência e assistência social, regida por princípios. Considerando esses princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) A Seguridade Social atende exclusivamente a trabalhadores urbanos.
- (B) A gestão da Seguridade Social é centralizada sem participação da comunidade.
- (C) Os benefícios podem ser reduzidos em caso de crise econômica.
- (D) A Seguridade Social assegura a universalidade da cobertura e do atendimento.
- (E) O custeio da Seguridade Social é realizado apenas pelos empregadores.

Questão 36

De acordo com o Art. 4º da Lei nº 8.662/1993, o Assistente Social possui diversas competências relacionadas à elaboração, execução e avaliação de

políticas, planos e projetos sociais, além do apoio a indivíduos e grupos em diferentes contextos sociais.

Considerando o que foi apresentado, são competências do Assistente Social:

I.Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais.

II.Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social.

III.Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

Questão 37

Conforme a Lei nº 8.662/1993, Art. 5º, são atribuições privativas do Assistente Social coordenar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta uma dessas atribuições.

- (A) Gerenciar equipes de técnicos em saúde sem formação em Serviço Social.
- (B) Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais.
- (C) Organizar eventos culturais para a comunidade local.
- (D) Ministras palestras sobre saúde e nutrição em escolas públicas.
- (E) Coordenar campanhas de vacinação em parceria com a saúde pública.

Questão 38

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), é dever do Estado garantir o acesso à educação de forma ampla e inclusiva. Diante do exposto, é CORRETO afirmar que:

- (A) O dever do Estado em relação à educação limita-se à oferta de vagas no ensino superior público.
- (B) O Estado deve oferecer ensino médio apenas para alunos com bom desempenho no ensino fundamental.
- (C) O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ocorrer exclusivamente em escolas especiais.
- (D) É dever do Estado assegurar a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
- (E) O ensino fundamental é gratuito, mas não obrigatório para crianças fora da idade escolar.

Questão 39

De acordo com a Lei nº 9.342/2023, que institui a Política Estadual de Assistência Social no Estado de Sergipe, as ações da assistência social são organizadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e regidas por princípios fundamentais. Um desses princípios é o da universalidade. Considerando esse princípio, assinale a alternativa correta.

- (A) A universalidade consiste na divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
- (B) A universalidade consiste na oferta das provisões em sua completude, por meio de um conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, que deve ser assegurada por meio da articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais.
- (C) A universalidade consiste no direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição.
- (D) A universalidade estabelece que a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida.
- (E) A universalidade estabelece o respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas, dentre outras, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Questão 40

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a profissionalização e a proteção no trabalho são direitos assegurados aos adolescentes. Nesse contexto, assinale V, para verdadeiro, e F, para falso, nas afirmativas a seguir:

(__)É permitido o trabalho a menores de 14 anos, desde que em ambiente familiar e sem remuneração.

(__)O adolescente aprendiz só tem direito a benefícios trabalhistas se for maior de 18 anos.

(__)Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) V, V, V.
- (B) V, F, F.
- (C) F, F, V.
- (D) F, V, V.
- (E) F, F, F.

Questão 41

A guarda consiste em uma medida prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que visa garantir proteção integral à criança ou adolescente. Sobre as disposições legais referentes à guarda, assinale a alternativa correta.

- (A) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto previdenciários.
- (B) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- (C) Após o deferimento da guarda, os pais perdem totalmente o direito de visitas e o dever de prestar alimentos.
- (D) A guarda não pode ser concedida fora dos procedimentos de tutela ou adoção, em nenhuma hipótese.
- (E) A guarda concede ao detentor o poder exclusivo sobre a criança, extinguindo automaticamente os direitos dos pais.

Questão 42

Com base na Lei nº 8.212/1991, que trata da organização da Seguridade Social no Brasil, a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas. Nesse contexto, as atividades de saúde são de relevância pública e sua organização obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- I. Acesso universal e igualitário.
- II. Centralização, com direção única em cada esfera de governo.
- III. Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Questão 43

De acordo com a Lei nº 8.662/1993, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) exerce diversas atribuições como órgão normativo superior, dentre elas orientar e disciplinar a profissão, julgar recursos e aprovar o Código de Ética.

Nesse contexto, compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições:

I. Julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS.

II. Assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário.

III. Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Questão 44

Joana trabalha em uma instituição que presta serviços socioassistenciais. Recentemente, a organização passou por uma auditoria que exigiu a comprovação da habilitação legal dos profissionais que atuam como assistentes sociais.

De acordo com a Lei nº 8.662/1993, somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I. Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II. Os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III. Os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 45

Considere o caso hipotético abaixo:

Márcia concluiu sua graduação em Serviço Social e pretende iniciar sua atuação profissional em um centro de referência no município onde reside. Ela busca entender as exigências legais para atuar como Assistente Social, conforme estabelece a Lei nº 8.662/1993.

Considerando o caso hipotético acima, é CORRETO afirmar que:

- (A) O exercício da profissão depende apenas de experiência comprovada.
- (B) Basta que Márcia tenha seu nome incluído em um cadastro da prefeitura.
- (C) Márcia pode iniciar o trabalho apenas com o diploma da faculdade.
- (D) Márcia deve obter registro no Conselho Regional de Serviço Social da sua jurisdição.
- (E) Márcia está autorizada a atuar mediante autorização verbal da chefia imediata.

Questão 46

Conforme estabelecido na Lei nº 9.342/2023, a Política de Assistência Social do Estado de Sergipe tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, e organiza-se pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Com relação a estruturação do SUAS, é CORRETO afirmar que:

- (A) Consiste em um sistema contributivo centralizado, gerido pelo Governo Federal.
- (B) Consiste em uma rede comunitária vinculada à previdência social obrigatória.
- (C) Consiste em um modelo filantrópico, baseado em doações e ações voluntárias.
- (D) Consiste em um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo.
- (E) Consiste em uma organização mista composta por empresas privadas e cooperativas.

Questão 47

Conforme estabelecido na Lei Estadual nº 9.342 de 2023, a Proteção social especial é responsável pelo conjunto de serviços, programas e projetos que têm por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades, aquisições e a proteção de famílias e indivíduos, para o enfrentamento das situações de violação de direitos, sendo diferenciada conforme os níveis de complexidade em:

- I. Proteção social especial de média complexidade.
- II. Proteção social especial de alta complexidade.
- III. Proteção social básica de baixa complexidade.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) III apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I e II apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 48

A Previdência Social consiste em um dos pilares da Seguridade Social. De acordo com o Art. 3º da Lei nº 8.212/1991, a Previdência Social tem como finalidade:

- (A) Financiar a construção e manutenção de hospitais públicos em regiões carentes.
- (B) Atender exclusivamente aos trabalhadores da iniciativa privada, não abrangendo servidores públicos ou trabalhadores informais.
- (C) Desenvolver a educação básica e superior, garantindo acesso universal ao ensino público.
- (D) Assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.
- (E) Oferecer benefícios previdenciários sem exigir qualquer tipo de contribuição dos trabalhadores ou empregadores descaracteriza o regime contributivo da Previdência Social.

Questão 49

De acordo com a Lei nº 8.662/1993, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com autonomia administrativa e financeira, visando disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social. Segundo essa legislação, cabe ao CFESS e aos CRESS:

- (A) Representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais, no cumprimento desta lei.
- (B) Estabelecer políticas privadas municipais relacionadas ao Serviço Social.
- (C) Atuar exclusivamente na formação acadêmica dos Assistentes Sociais.
- (D) Exercer funções judiciais e administrativas em nome dos Assistentes Sociais.
- (E) Organizar eventos científicos e culturais para profissionais do Serviço Social.

Questão 50

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelece competências ao órgão federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social. Sobre essas atribuições, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidades e formulação de proposições para a área.
- (B) Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social encaminhar à apreciação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) relatórios trimestrais e anuais de atividades e de realização financeira dos recursos.

- (C) Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social proceder à transferência dos recursos destinados à assistência social, na forma prevista nesta Lei.
- (D) Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social prestar assessoramento técnico aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades e organizações de assistência social.
- (E) Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social propor políticas, sem coordenar e articular as ações no campo da assistência social.

Questão 51

De acordo com a Lei nº 9.342/2023, a Política Estadual de Assistência Social, visando ao enfrentamento das desigualdades socioterritoriais, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, tem por objetivo a Proteção Social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

I.A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

II.O amparo às crianças, aos adolescentes, aos jovens e aos idosos.

III.A promoção da integração ao mercado de trabalho.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III apenas.
- (D) I e II apenas.
- (E) II e III apenas.

Questão 52

A Lei Orgânica da Assistência Social determina regras para o funcionamento de entidades assistenciais. Essas normas envolvem inscrição e fiscalização por conselhos específicos, conforme o território de atuação. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que:

- (A) As entidades precisam de autorização direta do Ministério da Cidadania.
- (B) O funcionamento das entidades assistenciais depende apenas de registro em cartório.
- (C) Apenas entidades estaduais precisam se inscrever em conselhos de assistência.
- (D) A fiscalização cabe exclusivamente ao Conselho Nacional de Saúde (CNS).

- (E) O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.

Questão 53

Com base na Lei nº 8.742/1993, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) exerce funções de deliberação e controle social. Suas competências envolvem a formulação, acompanhamento e avaliação da política pública. Nesse contexto, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das atribuições do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

- (A) Indicar o representante do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) junto ao Conselho Nacional da Seguridade Social.
- (B) Executar diretamente os programas sociais nos municípios.
- (C) Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).
- (D) Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.
- (E) Elaborar e aprovar seu regimento interno.

Questão 54

Segundo a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, além das contribuições sociais, a Seguridade Social recebe outras receitas. Considerando essas informações, assinale a alternativa que apresenta corretamente exemplos dessas outras receitas da Seguridade Social:

I.Multas, a atualização monetária e os juros moratórios.

II.Remuneração recebida por serviços de arrecadação, fiscalização e cobrança prestados a terceiros.

III.Receitas provenientes de prestação de outros serviços e de fornecimento ou arrendamento de bens.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

Questão 55

Com relação à gestão, organização e responsabilidades no âmbito da política estadual de assistência social, assinale a alternativa que corresponde ao órgão gestor estadual da Política de Assistência Social de acordo com a Lei Estadual nº 9.342 de 2023.

- (A) Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania – SEASC.

- (B) Secretaria da Fazenda.
- (C) Ministério da Saúde.
- (D) Conselho Estadual de Assistência Social.
- (E) Fundo Estadual de Assistência Social.

Questão 56

A Lei nº 8.742/1993 estabelece que as instâncias deliberativas do SUAS possuem caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. Dentre as opções citadas abaixo, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma dessas instâncias.

- (A) Tribunais de Contas dos Estados e Municípios.
- (B) Conselho Nacional de Assistência Social.
- (C) Agências reguladoras do setor social.
- (D) Ministério da Saúde e Desenvolvimento Social.
- (E) Assembleia Nacional de Serviço Social.

Questão 57

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental possuem deveres legais relacionados à proteção e ao acompanhamento escolar de seus alunos. Nesse contexto, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I. Maus-tratos envolvendo seus alunos.
- II. Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- III. Elevados níveis de repetência.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 58

Conforme estabelecido na Lei Estadual nº 9.342 de 2023, para o funcionamento, gestão e manutenção dos serviços do SUAS em nível estadual, deve-se assegurar a seguinte organização administrativa básica:

- I. Gestão do SUAS.
- II. Vigilância Socioassistencial.
- III. Gestão do Trabalho e Educação Permanente.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Questão 59

De acordo com o Art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, são considerados segurados obrigatórios da Previdência Social, na categoria de empregado, a pessoa física que:

I. Presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.

II. Presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a ela subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular

III. Brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I e III apenas.
- (E) III apenas.

Questão 60

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), os direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade são garantidos a todas as crianças e adolescentes. Esses direitos visam assegurar o pleno desenvolvimento e a proteção integral desses sujeitos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

- (A) A busca por refúgio, auxílio e orientação é considerada uma violação do direito à autonomia da criança.
- (B) O direito ao respeito refere-se exclusivamente à integridade física da criança e do adolescente.
- (C) A criança tem o direito garantido à liberdade, incluindo a participação na vida política, conforme previsto em Lei.
- (D) O direito à liberdade permite que a criança pratique esportes, mas exclui o direito de brincar ou se expressar livremente.
- (E) O direito à dignidade é responsabilidade apenas dos pais e responsáveis legais.

Conhecimentos na Área de Atuação

Questão 61

A formação profissional em Serviço Social deve proporcionar uma compreensão crítica e totalizante da realidade social. No entanto, quando essa formação se fragmenta em temáticas isoladas, perde sua capacidade de análise ampla, comprometendo a atuação do assistente social diante da complexidade da questão social.

Com base nesse contexto, assinale V, para verdadeiro, e F, para falso, nas afirmativas a seguir:

(__) A formação profissional fragmentada enfraquece a compreensão crítica da prática profissional e da questão social.

(__) A capacitação temática e técnica, mesmo que desarticulada da totalidade, é suficiente para garantir a compreensão das causas estruturais das expressões da desigualdade.

(__) A abordagem por temas isolados favorece a compreensão das múltiplas determinações que envolvem a questão social.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) V, F, F.
- (B) F, V, F.
- (C) V, V, V.
- (D) V, V, F.
- (E) F, F, F.

Questão 62

Ao pensar sobre como deve ser a formação profissional em Serviço Social, é necessário levar em conta elementos que são parte essencial desse processo. A reflexão sobre a formação profissional em Serviço Social deve considerar elementos fundamentais que compõem o próprio processo formativo do assistente social. Entre esses elementos, estão:

I. As condições objetivas oferecidas pela universidade para a redefinição do projeto educacional do Serviço Social.

II. A omissão do profissional na rearticulação de forças na vida universitária.

III. O aproveitamento dos espaços criados na luta pelo avanço desse processo de redefinição da formação.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) I apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) II apenas.
- (E) II e III apenas.

Questão 63

O trabalho com grupos é uma importante estratégia de intervenção do assistente social. Sua atuação exige planejamento, mediação e compreensão do contexto social dos participantes. Sobre essa prática, analise as afirmativas abaixo:

I. Os trabalhos em grupos devem ser utilizados apenas como recurso para o desenvolvimento de trabalhos educativos.

II. O trabalho com grupos deve ser evitado, por não se adequar às diretrizes da política pública.

III. A atuação do assistente social em grupos dispensa planejamento, pois depende apenas da demanda espontânea.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II apenas.
- (D) I apenas.
- (E) III apenas.

Questão 64

O Assistente Social, no exercício da sua profissão, pode produzir diferentes tipos de documentos técnicos que têm como objetivo subsidiar decisões e orientar intervenções em diversas áreas. O Assistente Social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, deve atuar:

- (A) Em conjunto com outros profissionais, assinando pareceres técnicos de outras áreas como se fossem de sua responsabilidade.
- (B) Com ampla autonomia respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei nº 8662/93.
- (C) Subordinado às decisões de outros profissionais, mesmo que contrariem sua análise técnica.
- (D) Emitindo laudos e pareceres sobre temas que não domina, caso a instituição exija.
- (E) Obedecendo exclusivamente às ordens institucionais, mesmo que violem os princípios éticos do Serviço Social.

Questão 65

O surgimento da Assistência Social enquanto política de governo no Brasil ocorreu quando ela passou a ser responsabilidade do Estado, deixando de ser apenas uma ação da caridade privada ou da Igreja.

Com relação a esse contexto histórico do Serviço Social, assinale V, para verdadeiro, e F, para falso, nas afirmativas a seguir:

(__)O Serviço Social surgiu como uma prática totalmente neutra e desvinculada de interesses políticos ou religiosos.

(__)O Serviço Social já nasceu como uma profissão crítica, voltada à transformação radical da sociedade capitalista.

(__)A política assistencial de Vargas era descentralizada e baseada no controle social da população atendida.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) V, V, V.
- (B) F, V, V.
- (C) V, F, V.
- (D) V, V, F.
- (E) F, F, F.

Questão 66

A seleção dos instrumentos utilizados na prática do Assistente Social está diretamente relacionada aos objetivos profissionais e à realidade concreta em que o profissional atua. Entre os instrumentos que possibilitam a interação direta com o usuário, destaca-se a entrevista.

No que se refere a entrevista, analise as afirmativas abaixo:

I.A entrevista consiste em um instrumento que possibilita uma escuta qualificada por meio do diálogo.

II.A entrevista é exclusivamente aplicada em grupos, não podendo ser feita individualmente.

III.A entrevista não permite a intervenção na realidade do usuário, servindo apenas para registro de dados.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) II apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I apenas.
- (D) I e II apenas.
- (E) I e III apenas.

Questão 67

A interdisciplinaridade amplia e enriquece a prática profissional, pois garante maior qualidade e competência no atendimento à população. No que se refere à interdisciplinaridade no Serviço Social, analise as afirmativas abaixo:

I.A interdisciplinaridade promove a troca de conhecimentos entre diferentes áreas, enriquecendo a prática profissional.

II.Interdisciplinaridade consiste em atuar isoladamente, sem diálogo com outras áreas.

III.A atuação interdisciplinar não é incentivada pelo Código de Ética do Assistente Social.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) II apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III apenas.

Questão 68

Para atuar eficazmente em contextos complexos como o Serviço Social, é fundamental que os profissionais desenvolvam uma intervenção interdisciplinar. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que:

- (A) A intervenção interdisciplinar permite que o assistente social atue de forma mais ampla e qualificada, dialogando e somando conhecimentos para enfrentar os desafios sociais de maneira integrada.
- (B) A intervenção interdisciplinar elimina a autonomia dos profissionais de cada área, que precisam seguir rigidamente a liderança de um setor.
- (C) A interdisciplinaridade significa que uma única disciplina domina e coordena todo o trabalho, excluindo as demais.
- (D) A intervenção interdisciplinar reduz os conhecimentos das diversas áreas a um único ponto de vista, ignorando suas particularidades.
- (E) O trabalho interdisciplinar não exige respeito às diferenças e especificidades de cada profissão.

Questão 69

A abordagem das questões sociais, como família, infância, saúde e direitos humanos, exige profissionais de Serviço Social qualificados e preparados para garantir os direitos sociais e promover a proteção social de forma ampla e participativa. Nesse contexto, assinale V, para verdadeiro, e F, para falso, nas afirmativas a seguir:

(__)A proteção social deve ser promovida de maneira ampla, considerando a diversidade cultural e regional da população atendida.

(__)Profissionais qualificados são essenciais para assegurar o acesso e a efetividade das políticas públicas de assistência social.

(__)A participação da comunidade e a articulação intersetorial não são importantes para a efetividade das ações do Serviço Social.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) F, F, F.
- (B) V, F, F.
- (C) F, V, F.
- (D) V, V, V.
- (E) V, V, F.

Questão 70

No âmbito do Serviço Social, pareceres, laudos e opiniões técnicas são documentos formais que expressam análises, avaliações e posicionamentos profissionais fundamentados em conhecimentos técnicos e teóricos da área. No que diz respeito à elaboração e emissão de pareceres, laudos e opiniões técnicas no âmbito do Serviço Social, analise as opções abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- (A) A elaboração, emissão e/ ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de Serviço Social por meio de pareceres, laudos, perícias e manifestações pode ser realizada por qualquer profissional da área de assistência social, independentemente do registro no conselho.
- (B) Opiniões técnicas em Serviço Social podem ser emitidas por qualquer profissional desde que tenha experiência prática, independentemente de formação ou registro profissional.
- (C) A elaboração conjunta de pareceres entre assistente social e outros profissionais não exige autonomia técnica do assistente social.
- (D) A elaboração, emissão e/ ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de Serviço Social por meio de pareceres, laudos, perícias e manifestações é atribuição privativa do assistente social, devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social de sua área de atuação.
- (E) A elaboração, emissão e/ ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de Serviço Social por meio de pareceres, laudos, perícias e manifestações pode ser emitida por qualquer profissional desde que tenha experiência prática, independentemente de formação ou registro profissional.

PROVA DISCURSIVA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Conforme estabelecido em Edital, a prova discursiva consistirá na elaboração de um texto dissertativo – argumentativo com, no mínimo, 20 (vinte) linhas, e no máximo, 30 (trinta) linhas, ambos sem contar o título, com base em tema formulado pela Banca Examinadora.

A Folha de Respostas Definitivas deverá conter os dados identificadores do candidato exclusivamente no campo específico previamente designado. É estritamente proibido que o candidato insira tais dados nas linhas destinadas à transcrição da prova discursiva e suas extremidades. Caso isso ocorra, será atribuída nota ZERO à prova discursiva.

Será atribuída nota ZERO à prova discursiva que:

1. Não observar as orientações presentes no caderno de questões;
2. Com quantidade de linhas inferior ao mínimo solicitado;
3. Contiver assinatura, rubrica e/ou qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato, fora do campo previamente designado;
4. Apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
5. Estiver em branco;
6. Fugir, integralmente, à tipologia textual de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
7. For escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
8. Apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
9. Apresentar texto escrito com expressões injuriantes, discriminatórias e/ou abusivas.

Observe, ainda:

- ✓ O rascunho da prova discursiva deverá ser feito no espaço apropriado. Seu preenchimento é facultativo, sendo assim, NÃO será avaliado;
- ✓ O candidato NÃO poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta;
- ✓ A prova discursiva deverá ser redigida de forma clara e sem rasuras pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente;
- ✓ A prova discursiva NÃO deverá apresentar cópia de questões da prova ou dos textos motivadores;
- ✓ Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala a folha de respostas;
- ✓ Na Folha de Respostas Definitivas da prova discursiva, os campos destinados aos dados identificadores do candidato são de uso exclusivo para o controle interno do IDCAP, sendo estes suprimidos para o processo de correção.
- ✓ A correção da prova será de forma desidentificada.

PROPOSTA:

Para produzir seu texto dissertativo - argumentativo, leia atentamente os textos motivadores apresentados a seguir:

TEXTO I**Direitos humanos e educação: uma relação indissociável**

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. (Artigo I, da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Igualdade entre as pessoas, fim da opressão e discriminação, justiça, garantia da dignidade, proteção e liberdade. Estes são alguns dos princípios e valores que regem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em vigor há 66 anos, desde 10 de dezembro de 1948. O documento surge no contexto pós 2ª Guerra Mundial a partir de um esforço da Organização das Nações Unidas (ONU) em promover a paz.

Na Declaração, a educação aparece não apenas como um direito, mas também como um meio para que se alcance os objetivos propostos no documento. Em seu preâmbulo, ela pede “que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades”.

Ainda que a Declaração exista há 66 anos e, no Brasil, a Constituição de 1988 contemple o tema há 26 anos, muitos direitos seguem desconhecidos ou incompreendidos. “Há mais de 20 anos, há esforços por difundir a agenda dos direitos humanos no Brasil, onde há dificuldades nesse sentido, pois é um país no qual não há prática de direitos”, explica a professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Flávia Schilling. A consequência desse panorama, segundo a pesquisadora, é a inexistência de uma cultura de respeito aos direitos humanos.

Para romper com esta situação é que surge a educação em direitos humanos. “Ela é importante por sensibilizar e difundir a ideia do que são os direitos, conjunto indivisível de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.” Para a socióloga e diretora da Associação Cidade Escola Aprendiz, Helena Singer, “a educação em direitos humanos educa para as pessoas se sentirem cidadãos responsáveis e com direito a seus direitos”.

Retirado e adaptado de: SADA, Juliana. Direitos humanos e educação: uma relação indissociável. **EI: Educação Integral**. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/direitos-humanos-educacao-uma-relacao-umbilical/> Acesso em: 06 junho, 2025.

TEXTO II

“Educar para os Direitos Humanos se relaciona diretamente com a dimensão da consolidação de práticas sócio-políticas democráticas, percebidas como as inúmeras relações sociais que se estabelecem no seio das sociedades, abrangendo não apenas as formas institucionais, mas atingindo diretamente as formas organizadas expressas pela sociedade civil. Não se trata, assim, somente da institucionalidade democrática, formalizada nos rituais legislativos e nos momentos de sufrágio. Passa a ser uma expressão mais ampla que nasce e penetra o tecido da sociedade em suas diferentes relações e pluralidade de interesses.

Para falarmos de uma Educação para os Direitos Humanos, teremos que dar sentido ao significado do que são os direitos humanos e do que é a educação. Tratar do tema da educação, dos direitos humanos e, especialmente, de uma educação voltada para os direitos humanos nos leva ao tratamento das questões referentes

aos procedimentos pedagógicos, à escola, aos campos da educação formal e informal, e às pautas e instrumentos que possibilitem uma ação (pedagógica) libertadora”.

Retirado e adaptado de: BARUFFI, Helder. Direitos humanos e educação: uma aproximação necessária. **Revista Jurídica UNIGRAN**, v. 8, n. 15, jan./jun. 2006. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/educar/textos/baruffi_dh_educ_aproximacao_necessaria.pdf Acesso em: 06 jun., 2025.

TEXTO III



Fonte: Alexandre Beck. Disponível em: <https://questoes.grancursosonline.com.br/questoes-de-concursos/lei-no-8-069-1990-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-eca-406376/2488944> Acesso em: 06 junho, 2025.

Descrição da imagem: Tirinha com três quadrinhos, em que aparecem crianças variadas: um menino com cadeira de rodas, um menino de cabelo azul, um menino negro, uma menina com bola de basquete, uma menina indígena, duas meninas negras. Está escrito: “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais... ..humanamente diferentes... ..e totalmente livres”. Fim da descrição.

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita, empregando a norma culta da língua portuguesa, com extensão entre 20 e 30 linhas, sobre o tema “**A educação como direito e como meio para o alcance de direitos humanos**”. Elabore seu texto pautando-o em argumentos, redija-o de forma coesa e coerente com o tipo textual solicitado.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	